



ACÓRDÃO Nº379/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11470/2018.

Apenso: Processos nºs 14196/2017, 14321/2021, 14663/2021 e 16498/2021.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: Sra. Maria do Socorro de Paula Oliveira

4- Advogado: Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193

5- Procurador de Contas Oficiante do Processo: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

6- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Ciência.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração interpostos pela **Sra. Maria do Socorro de Paula Oliveira**, ex-Prefeita e Ordenadora de Despesa da Prefeitura de Ipixuna, exercício 2017 contra o Parecer Prévio nº 97/2022 – TCE – Tribunal Pleno e Acórdão nº 97/2022 – TCE – Tribunal Pleno (fl. 3939-3948);
- 7.2. Negar Provimento** aos Embargos de Declaração interpostos pela **Sra. Maria do Socorro de Paula Oliveira**, ex-Prefeita e Ordenadora de Despesa da Prefeitura de Ipixuna, exercício 2017, **mantendo-se** o Parecer Prévio nº 97/2022 – TCE – Tribunal Pleno e Acórdão nº 97/2022 – TCE – Tribunal Pleno (fl. 3939-3948);
- 7.3. Dar ciência** a **Sra. Maria do Socorro de Paula Oliveira**, sobre a decisão desta Corte, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;



ACÓRDÃO Nº379/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 7.4. Dar ciência** a Sra. Larissa Oliveira de Sousa, sobre a decisão desta Corte, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.

8- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 14 de Março de 2023.

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

10.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral